

Convenção sobre o futuro da Europa

Sessão Plenária, Bruxelas, 6 e 7 de Fevereiro de 2003

A DIMENSÃO REGIONAL E LOCAL

Intervenção do Representante do Governo, Prof. Ernâni Rodrigues Lopes

1. Reconhecemos o papel muito importante das regiões e das localidades no desenvolvimento harmonioso dos Estados Membros. A promoção da coesão territorial deverá ser um objectivo a prosseguir pela União.
2. Será útil aperfeiçoar e desenvolver os mecanismos de consulta às autoridades locais e regionais aquando de iniciativas que lhes digam especialmente respeito. Isto é particularmente importante para melhorar a qualidade da legislação e para que fique assegurado o respeito pelo princípio da subsidiariedade.
3. Quanto à composição do Comité das Regiões, entendemos que se devem manter as disposições acordadas em Nice.
4. Deve ser deixada a cada Estado Membro a composição das respectivas delegações nacionais ao Comité das Regiões.
5. A proposta para que o Conselho ou a Comissão passem a justificar os motivos pelos quais não seguiram a opinião do Comité das Regiões parece-nos desnecessária. Haverá, se for caso disso, que prever uma melhor fundamentação das decisões.
6. Concordamos que o Comité das Regiões possa recorrer ao Tribunal de Justiça nos casos em que a consulta obrigatória ao Comité não tenha sido efectuada.
7. O Comité das Regiões poderá recorrer ao Tribunal de Justiça por violação do princípio da subsidiariedade,

nas condições e nos termos propostos pelo “Grupo de Trabalho Subsidiariedade”.

8. O estudo da possibilidade de recurso ao Tribunal de Justiça por regiões com capacidade legislativa para além da jurisprudência fixada a este respeito pelo Tribunal de Justiça, deve ter em consideração três aspectos fundamentais:

- a necessidade de se respeitar a ordem constitucional dos Estados Membros.
- a necessidade de se evitar que, por essa forma, sejam postas em causa as competências da União;
- prevenir que, do ponto de vista processual, um tal recurso venha a servir de pretexto para a paralisia do processo de decisão.

9. Tal como o Parlamento Europeu, consideramos muito importante que o futuro Tratado consolide o disposto no actual artigo 299º nº2 do Tratado da Comunidade Europeia, relativo às Regiões Ultraperiféricas.